

## GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR: APERFEIÇOAMENTO DE INSTITUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

- *O aumento da participação do Brasil no comércio internacional passa pelo aperfeiçoamento da governança da política comercial brasileira, de modo a torná-la eficaz.*
- *É preciso aperfeiçoar as competências dos principais órgãos de governo, eliminar duplicidades e assegurar uma atuação coordenada.*
- *Os processos de formulação e execução da política comercial precisam ser separados e definidos com clareza.*

**A política comercial brasileira tem graves problemas de governança.** Os processos de formulação e execução da política precisam ser mais bem organizados; os órgãos de governo envolvidos no tema devem atuar de forma coordenada, evitando disputas burocráticas; e a produção de normas do comércio exterior precisa ser transparente e responsiva aos interesses da sociedade, em particular do setor privado, que é o principal agente dessa atividade.

**Para avançar nessa direção, a política comercial brasileira precisa ser prioridade do presidente da República e de seus ministros, em particular o ministro-chefe da Casa Civil e o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).**

**A reorganização da governança da política comercial é fundamental para maior inserção do país na economia internacional.** Para que seja realizada, é preciso modificar a estrutura atual, alterando e aperfeiçoando as competências dos principais órgãos: a Câmara de Comércio Exterior (Camex), o MDIC, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), os órgãos do sistema público de financiamento e garantias às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior, e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

**Nesse esforço, o passo principal é separar, com clareza, os processos de formulação e execução da política comercial.** A formulação é uma etapa estratégica, que requer a tomada de decisão política, porém amparada em recomendações técnicas; ao passo que a execução é uma etapa operacional, essencialmente de caráter técnico. Hoje, há órgãos de formulação envolvidos na execução de ações e órgãos executores interferindo na formulação.

**A nova governança precisa, também, eliminar duplicidades e assegurar que os diversos órgãos de governo atuem de forma coordenada.**

**Além disso, a política comercial deve ser mais transparente.** Para tanto, precisa ser mais bem gerida e é necessário que haja mais mecanismos de prestação de contas do governo para com a sociedade, em particular com a indústria, que é o principal agente do comércio exterior brasileiro.

**Por fim, a política comercial precisa ser coerente e alinhada com as outras políticas públicas,** em particular a industrial, a externa e a fiscal.

## Principais recomendações

### 1 Fortalecer a Camex como instância de formulação.

A Camex é o órgão formulador da política comercial. Por essa razão, precisa ter seu poder ampliado por meio da vinculação, tanto do Conselho de Ministros quanto da Secretaria-Executiva, à Presidência da República. A equipe da Camex precisa ser ampliada, ter maior senioridade, ser multidisciplinar e estar alocada na estrutura física da Presidência. O ministro-chefe da Casa Civil deve permanecer como presidente do Conselho de Ministros e o secretário-executivo deve ser indicado pelo próprio presidente da República.

### 2 Consolidar o MDIC como o “Ministério do Comércio Exterior”.

O MDIC deve ser o principal órgão executor da política comercial, pois é o “Ministério do Comércio Exterior”. Para tanto, é preciso garantir recursos financeiros ao ministério, ampliar a atuação do MDIC no Brasil e no exterior, e manter quadros técnicos, de carreira, à frente de suas funções.

### 3 Dar foco à atuação da Apex-Brasil e reaproximá-la do setor privado.

Todas as atividades de promoção comercial e atração de investimentos do governo federal devem ser concentradas na Apex-Brasil, eliminando

as duplicidades existentes, sobretudo com o MRE e o MDIC. Além disso, a Apex-Brasil precisa reaproximar-se do setor privado, pois foi criada a partir dele e para fomentá-lo. Para tanto, ela deve ser vinculada ao MDIC, que é o “Ministério do Comércio Exterior”, e ter seu presidente indicado pelo próprio presidente da República.

### 4 Centralizar o financiamento e as garantias no BNDES e na ABGF.

Todo o financiamento público às exportações e ao investimento brasileiro no exterior deve ser concentrado em uma nova subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ademais, a gestão do seguro de crédito às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior deve ser centralizada na Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).

### 5 Dar foco à atuação do MRE.

O MRE deve centrar sua atuação na formulação e execução da política externa. Seu papel na política comercial deve ser limitado às suas áreas de *expertise*: apoio político ao setor privado no exterior, negociações internacionais, e condução técnica e política das disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA